



Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Relações Internacionais
TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC
Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento
das DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)

Título do Trabalho: Onde estão a identidade negra e os estudos raciais nas disciplinas de Relações Internacionais? Uma análise dos silenciamentos da negritude nos cursos da UNIFESP, UNB e UFS.

Nome da Estudante: Bianca Serrão Mendonça

Nome do Orientador: Rodrigo Medina Zagni

Ano de Depósito: 2021

RESUMO

A pesquisa apresentada busca analisar os cursos de Relações Internacionais de três universidades brasileiras, sendo elas a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS) com base em referências bibliográficas usadas ao longo do curso e as temáticas abordadas, vamos investigar a hipótese da sistematização do epistemicídio negro nesses espaços de produção e ensino acadêmico. A partir de conceitos como o racismo institucional, o pacto narcísico da branquitude, o colonialismo e o eurocentrismo presente nas universidades que apenas criam ou reproduzem novos arquétipos de apagamento da negritude, com isso em mente vamos buscar entender como esse esquema se mantém vigente por tantos anos e de forma tão efetiva.

PALAVRAS-CHAVES: Epistemicídio; Negritude; Branquitude; Racismo; Universidade; UNIFESP; UNB; UFS.

ABSTRACT

The research presented seeks to analyze the International Relations courses of three Brazilian universities, namely the Federal University of São Paulo (UNIFESP), the University of Brasília (UNB) and the Federal University of Sergipe (UFS) based on bibliographic references used in the throughout the course and the topics addressed, we will investigate the hypothesis of the systematization of black epistemicide in these spaces of academic production and teaching. From concepts such as institutional racism, the narcissistic pact of whiteness, colonialism and Eurocentrism present in universities that only create or reproduce new archetypes of erasure of blackness, with that in mind, we will seek to understand how this scheme remains in force for so many years and so effectively.

KEYWORDS: Epistemicide; Blackness; Whiteness; Racism; University; UNIFESP; UNB; UFS.

INTRODUÇÃO

Com a Modernidade hegemônica eurocêntrica se constituíram ideias relacionadas a eugenia e supremacia branca formulando uma estrutura social, econômica, política e cultural que sistematicamente excluí, ou melhor dizendo assassina as epistemologias negras subalternizando seus conhecimentos bem como os explorando e desumanizando com a justificativa de uma hierarquização das raças, disseminando ideias racistas e colonialistas que influenciaram muitas produções acadêmicas assim como práticas políticas de branqueamento da população, através de violência e estupro. A negritude vem de um local de resistência e do resgate do orgulho da identidade negra na intenção de construir novas narrativas que fujam dos pilares da branquitude. Sendo assim é perceptível que a raça é um marcador social relevante e que deve ser levado em consideração nos estudos de Relações Internacionais, principalmente com o pós-modernismo e a abertura do campo para novas temáticas, assim como as teorias decoloniais propõem também deve ser uma perspectiva que fuja desse eurocentrismo, ao ponto de outras vivências ganharem destaque nesse debate e isso começa em lugares como de produção de conhecimento, como, as universidades.

Portanto, a pesquisa se propõe a questionar e investigar dentro do âmbito acadêmico do curso de Relações Internacionais onde está a identidade negra, questionando o teor colonialista e racista presente na estrutura dessas instituições, e o seu reflexo na produção de diversos silenciamentos durante o período do curso. Com o foco em apresentar as ausências da negritude e dos estudos raciais no curso de Relações Internacionais, por meio de uma análise das referências bibliográficas usadas em aula, com foco na etnicidade dos autores e a questão da negritude em suas obras, dos temas abordados e se elas permeiam de alguma forma a identidade negra e suas contribuições para as Relações Internacionais, de acordo com os dados das três universidades brasileiras. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Federal de Sergipe (UFS). E a partir desse ponto o nosso problema de pesquisa vai buscar responder o questionamento de como se dá o epistemicídio negro no ensino de relações internacionais em universidades públicas brasileiras (com o foco nas instituições UNIFESP, UNB, UFS)?

A finalidade e a justificativa de pesquisar essa temática se constitui em apresentar uma forma de contestação da situação atual dos cursos de graduação dessas instituições (UNIFESP, UNB, UFS) e de como a questão racial ainda é muito ausente, nos fazendo pensar o quanto a tradição colonialista está presente no ensino e as universidades, buscando expressar as problemáticas dessas permanências já que o conhecimento e saberes dos negros foram tratados como inferiores ao longo da história por conta da branquitude que defende visões eurocêntricas que se difundiu, assim apagando e matando a construção de suas epistemologias.

Esse trabalho tem o intuito de compreender como esse fenômeno atinge a disciplina das Relações Internacionais no Brasil, com o foco em algumas universidades, para compreendermos quais são os desdobramentos nessa área e obter dados que contribuam para mudanças substanciais, estudar sobre raça é complexo por todos os atravessamentos e é sempre importante atualizar e trazer novas abordagens de análise, com isso esse trabalho contribui para uma reflexão não só do racismo institucional, mas também de outros dispositivos de manutenção que precisam ser associados a falta de espaço para a produção intelectual e estudo da negritude, como, por exemplo, a dominação eurocentrista e estadunidense do estudo das Relações Internacionais no Brasil, a construção da branquitude e do seu pacto narcísico, o racismo e o colonialismo. Para além de das ações afirmativas como uma forma de ampliar o acesso de pessoas não brancas ao espaço universitário, vamos

abordar a complexidade que o âmbito acadêmico reproduz quando o assunto é racismo, principalmente quando falamos de um curso ainda elitista e novo como as Relações Internacionais, portanto, é indispensável ter trabalhos que se alinham as perspectivas decoloniais e busquem de alguma forma confrontar ou modificar essa estrutura no meio universitário.

Na primeira seção vamos apresentar um panorama de como as Relações Internacionais são fundadas como um campo de estudo e a sua implementação e consolidação como graduação nas universidades brasileiras, demonstrando uma forte influência eurocêntrica e estadunidense em suas produções e referências, desse modo vamos analisar de que forma os silenciamentos das contribuições não brancas e a falta da raça nas abordagens, com isso vamos apresentar a importância de dar cada vez mais espaço para o estudo decolonial produzido por autores que pretendem fugir dessa lógica colonialista e impactam a área. Na segunda seção vamos apresentar os conceitos de raça e racismo, mostrando o seu surgimento, suas definições e impactos na sociedade, de forma a ajudar a compreensão dos fatores apresentados ao longo da pesquisa. Na terceira seção a abordagem vai ser destinada a entender o conceito de colonialidade, sendo ela dividida em 3 partes: a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser. Para que seja possível compreender de que forma ela se apresenta no âmbito acadêmico. Na quarta seção o foco vai ser em explorar a negritude e a branquitude, buscando racializar e explicar suas origens e contextos históricos, atrelado a isso vamos abordar conceitos como “outro” (negro) e o “sujeito” (branco) que demonstram o racismo ao separar quem tem o direito de falar e quem serve somente como um objeto de estudo e desumanização. Na quinta seção iremos discorrer sobre o período violento de branqueamento do Brasil e sua conexão com o epistemicídio e o pacto narcísico da branquitude, e o papel que esses conceitos exercem ao contribuir para a manutenção do silenciamento e morte da negritude nas universidades. Na sexta e última seção será apresentado dados sobre a bibliografia e temática presentes nos cursos de Relações Internacionais das universidades (UNIFESP, UNB, UFS) no intuito de demonstrar o epistemicídio negro presente no campo de estudos, utilizando os fatores apresentados anteriormente que geram esse processo.

1. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUA IMPLEMENTAÇÃO COMO CAMPO DE ESTUDO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DECOLONIAL.

Em um mundo tão globalizado é inevitável não ver notícias ou informações de outros países nas redes sociais, na televisão, sendo retratadas em livros e artigos, em discussões e palestras. Muitas dessas vem acompanhadas de uma análise sobre os impactos que os acontecimentos no sistema internacional provocam internamente, de modo que as relações são altamente interligadas tanto entre os Estados quanto os demais atores do sistema internacional, como resultado desta mudança social para relações mais complexas além de suas fronteiras, se mostra necessário a criação de um campo que abarcasse estudos dessas temáticas, assim como aconteceu com os fenômenos sociais, políticos, históricos, culturais e econômicos que vieram anteriormente, com isso as Relações Internacionais emergem como uma nova área que possibilita compreender esse conjunto de relações para além das fronteiras dos Estados, mesmo sendo algo inovador não deixa de carregar referências de outras áreas, como, as ciências sociais, história, direito, economia, geografia e outros. (PECEQUILO, 2017). A questão das relações entre os Estados são algo presente ao longo da história, como pode ser visto nas guerras ou em trocas comerciais, por exemplo, e que também foram apresentados em estudos de outras áreas, mas esse cenário se torna mais complexo com a Primeira Guerra Mundial e com os eventos marcantes que vem depois, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, portanto, começaram a concentrar as produções epistêmicas para compreender esse novo fenômeno e como ele gerou um impacto interno, conseqüentemente manifestam-se teorias e correntes de pensamento diversas para explicar essas e as outras dinâmicas que vão se apresentando no sistema internacional, incluindo novos atores, como as organizações internacionais. Essas obras eram em sua maioria estadunidenses, devido ao contexto histórico, sendo assim retratavam suas experiências e realidades próprias, mas a Europa também recebeu um grande destaque por ter uma extensa produção acadêmica sobre a temática devido a um passado histórico que já lidava com questões internacionais, seja elas de ordem econômica ou política. Sendo assim ambas as produções estadunidenses e europeias consolidaram suas obras no campo e são usadas como referência, o que permitiu uma rápida expansão de suas ideias e diversos debates teóricos que proporcionaram um reconhecimento tanto das particularidades quanto da necessidade do estudo das Relações Internacionais (HERZ, 2002)

Com a expansão das relações dentro do sistema internacional era impossível do Brasil se manter distante desse campo, dessa forma, na década de 70 temos obras dedicadas a essa área sendo publicadas, mas ainda por pessoas de outras esferas de estudo, como a história, a economia e o direito, principalmente a parte econômica já que explodem produções buscando compreender esse setor na esfera internacional além de trabalhos focados nas relações desiguais entre os EUA e a América Latina “em um contexto de inquietação com a distribuição desigual de recursos e com os efeitos do processo de transnacionalização” (HERZ, 2002, p. 17). O campo se consolidou como graduação em 1974 na Universidade de Brasília, um grande marco e incentivo a produção e expansão da área, mas que ganhou força mesmo nos anos 90 com o fim da Guerra Fria e da ascensão da globalização. Apesar de todo esse avanço, o estudo das Relações Internacionais ainda passava por dificuldades em construir referências nacionais e na capacitação de profissionais que fossem da área de fato, o que implicou em uma concentração muito grande de bibliografias europeias e estadunidenses nos cursos, por exemplo. Os estudos produzidos passaram a se ampliar e abranger novas temáticas que correspondem ao momento histórico e político, como a formação de blocos econômicos, cooperação e segurança regional e internacional, e estruturação de regimes internacionais em áreas como clima, meio ambiente, proteção internacional dos direitos humanos e política econômica, entre outros temas (SARAIVA; CERVO, 2005).

Apesar de apresentar essas temáticas mais diversas a raça não é colocada como uma forma de observação, não é pontuada e nem apresentada na produção acadêmica além de ter sido silenciada assim como todos os conflitos políticos e as violações ocorridas no período da ditadura militar, o que mostra constante necessidade do Brasil em fingir que não possui problemas graves e simplesmente importar realidades de outros países que não correspondem com toda a sua formação e identidade, numa contínua tentativa de branqueamento e apagamento dos negros no intuito de atender as demandas da burguesia supremacista branca brasileira e europeia, perpetuando o ideal colonialista e racista (NASCIMENTO, 2002). Com essa reprodução contínua de violências e silenciamentos urge a necessidade da construção de um novo paradigma que fuja das produções eurocêntricas, essa possibilidade ganha destaque com a pós-modernidade, os estudos decoloniais vão construindo novas formas de pensar a sociedade, mas acima de tudo começam denunciar e enfatizar o lugar de privilégio dos brancos como formas de exigir atenção para o debate racial e a inclusão da raça como forma de análise das epistemologias. (NASCIMENTO, 2002; HALL, 2002; GONZALEZ, 1988; SANTOS, 2009; CÉSAIRE, 2010; NASCIMENTO, B, 2021; FANON, 2020). Esses e muitos

outros autores pretendem exaltar e demonstrar a potência da negritude, construindo novas abordagens centradas em uma perspectiva racializada, portanto, como apresentado (PIRES, 2018, p.73) “Não disputamos a possibilidade de sermos incluídos (sempre de maneira controlada) na noção de sujeito de direito que está posta, disputamos a possibilidade de produzir o direito, o Estado e a política a partir do nosso lugar e nos nossos termos”.

A raça está presente em eventos marcantes na história da humanidade, não há como negar sua influência na Segunda Guerra Mundial, o Apartheid, a escravidão, o projeto de branqueamento e eugenia, a expansão europeia, entre tantos outros (WEDDERBURN, 2007) sendo assim é parte das relações internacionais e deve ser estudada e descrita como tal, com a mudança de paradigma é necessário que de fato se rompa com as ideias anteriores e construa novas perspectivas, sendo assim é de suma importância e urgência que a raça se torne uma teoria dentro do estudo de Relações Internacionais.

O debate sobre a raça nas RI pertence aos campos da ontologia e da epistemologia. A disciplina, cujo núcleo é o estudo do poder, deve incluir a raça como categoria política de análise das relações de poder no sistema. Desse modo, é necessário repensar, desconstruir vetores de opressões e privilégios e reconstruir a disciplina numa base emancipatória. A reescrita das RI baseada no reconhecimento da sua base colonial, racista, heteronormativa e patriarcal é fundamental para torná-la instrumento de libertação. (SILVA, 2021, p.49)

Quando a raça se torna uma forma de divisão social na Modernidade, ela permanece como um marcador que atravessa as fronteiras das nações e o racismo toma uma proporção mundial. No período pós-modernidade (também conhecido como pós-colonialismo) mudanças nas relações sociais e nas abordagens teóricas são feitas como uma forma de marcar o fim de um ciclo de ideias racistas, eurocêntricas e burguesas, abrangendo novas perspectivas. Com o avanço dessas ideias os negros criam formas de resistência, estudo e organização que para buscar resgatar e enfrentar essa conjuntura, trazendo para o campo de estudo das Relações Internacionais podemos citar aqui a conexão entre os três movimentos antirracistas e de libertação negra ao qual suas lutas ultrapassaram as fronteiras de seus territórios. Sendo eles, os Panteras Negras, o Movimento Negro Brasileiro e a militância contra o apartheid que formam lutas que acabam se entrelaçando por histórias e formas de atuação semelhantes, que trocam ideias e conhecimento entre si em certa instância ao qual acabam se inspirando seja pelo tipo de organização política utilizada, pelo orgulho de sua negritude ou em sua produção de conhecimento que os auxiliam a construir suas epistemologias. Mesmo que em momentos internos diferentes, o Brasil passava pelo período violento da ditadura militar, foi possível estabelecer uma conexão internacional entre eles que é chamado de transnacionalismo negro, podendo ser interpretada como uma “faceta integral

de uma comunidade multinacional, multilíngue, ideológica e culturalmente plural”. (Hanchard, 2002, p.88, apud FERNANDES, 2019, p. 45).

2. RAÇA E RACISMO

O conceito de raça não era tratado com o mesmo sentido que possui hoje, era apenas uma concepção biológica, mas que foi atrelada para a sociedade em decorrência ao crescimento de ideias de supremacia baseada em um interesse de hierarquização e exploração. A biologia mostrou que havia diferenças entre os povos, mas que ela não representava uma realidade científica que pudesse separar os humanos em raças. Mas as pseudo ciências começaram a utilizar esse conceito para hierarquizar as raças, ao qual os brancos eram tidos como superiores, os negros e amarelos como inferiores, baseados em seus fenótipos e em falácias do racismo científico, e usando isso de argumento para espalhar ideias de que por serem considerados superiores eram

conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (MUNANGA, 2004, p.5)

Usaram desse tipo de discurso para construir ideologias de dominação e extermínio de qualquer um que fugisse do que eles denominaram como branco. Essa visão foi a única circulada por anos, o que resultou em gerações e gerações que usaram disso para explorar e desumanizar. Atualmente essa percepção não é mais utilizada na biologia, mas ainda é estudada dentro das ciências sociais, com um significado ligado a sociologia que não tem nenhuma relação com a área da biologia ou genética, até porque já foi provado que não há diferenças biológicas consideráveis para se classificar as raças dessa forma, portanto se prende apenas em analisar de que forma esse período impactou a vida de pessoas negras e outras não-brancas com todas as opressões políticas, econômicas, sociais e culturais que ainda seguem vigentes, mesmo atualmente. Compreendendo as diferenças e particularidades ao qual o racismo atinge esses grupos. Assim como os brancos também estão dentro dessa análise, mas de forma a compreender os seus privilégios e as formas de romper com esse ciclo racista (MUNANGA, 2004)

O racismo é constituído socialmente dentro do aspecto político, econômico e cultural, por meio das ideias e interesses daqueles que detêm o poder hegemônico, com o aprofundamento dos estudos novos conceitos surgem para mostrar sua atuação sistemática em várias outras instâncias, por exemplo, o racismo acadêmico, individual, institucional,

estrutural, entre outros. O autor Silvio Almeida (2019)¹ propõe em seu livro “Racismo estrutural” explicar de forma simples e acessível alguns conceitos relacionados a essa temática, portanto, ele define o racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta através de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens, ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2019, p. 22). No sistema racista também temos pessoas que ganham com essa sistematização, os brancos. É um ponto que precisa ser lembrado já que essa estrutura só se mantém vigente por tanto tempo porque tem pessoas brancas recebendo diversos privilégios, tendo o controle hegemônico, ocupando os cargos mais altos, ocupando os espaços de produção acadêmica, o setor internacional, dentre vários outros. (MOORE, 2017). É uma relação entre colonizador e colonizado, que não abre espaço para nada além de desprezo e desumanização sendo assim é por esse viés que as relações são construídas mesmo que o sistema colonial esteja extinto a mentalidade e as instituições continuam o seu projeto de extermínio, seja físico ou intelectual, da população negra. Não se trata somente de uma mudança básica, é preciso mexer nas estruturas dominantes, é preciso pensar em como o modelo capitalista explora a mão de obra negra e os desumaniza por meio de um ciclo de produção exaustivo e abusivo, é preciso pensar na educação tanto na parte da falta de acesso e alfabetização quanto daqueles que acessam esses espaços mais não se enxergam neles por uma falta de epistemologias que representem sua realidade. O racismo é um sistema complexo de dominação coletiva, controlado pela branquitude, focado na desumanização e subalternização, que se reflete em diversas camadas sociais desde a construção desse país e de toda a sua formação feita por mãos e sague dos negros (AMARELO, 2020).

No Brasil o racismo tem suas particularidades devido ao seu histórico, principalmente por uma abolição tardia e por ideias que se espalharam de democracia racial, isso é munição suficiente para a construção de ideias falsas de que o racismo não é mais um problema e portanto não merece espaço dentro dos debates, sendo assim quem levanta essas questões na maioria das vezes são pessoas negras já que elas continuam sofrendo com essa sistematização do racismo, seja ela de forma explícita ou subjetiva, já que como o Brasil passou por um processo de naturalização do racismo muitas vezes vemos ele sendo reproduzido em escalas individuais e coletivas. A questão da negação do racismo faz parte da continuidade do projeto de extermínio que busca ignorar o problema para não perder privilégio e, ao mesmo tempo, a

¹ ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. Brasil, Editora Jandaíra, 2019.

sistematização vai fazendo a função de matar, roubar, desumanizar e subalternizar os negros, a frase “A carne mais barata do mercado é a carne negra”², se refere ao racismo e a forma como os negros são vistos na sociedade, as amarras da escravidão e do colonialismo que ainda podem ser vistas quando ligamos a televisão e nos deparamos com a alta taxa de mortalidade negra, com a falta de representação negra em ambientes acadêmicos e cargos mais altos, com altos índices de analfabetismo, baixa representação política³ e assim por diante. O racismo no Brasil ainda é um assunto complexo, mas que necessita de atenção e muita luta, esse trabalho propõe em colaborar ao abordar essa questão no espaço universitário.

3. A COLONIALIDADE DO PODER, SABER E SER

É de suma importância compreender que existem algumas diferenças entre os termos “colonialismo” e “colonialidade”. O primeiro se apresenta como resultante do processo de expansão territorial que teve como resultado uma colonização e dominação de alguns países que se tornaram colônia dessas metrópoles, ao qual eram exploradas a trabalhar e produzir além da exploração dos recursos naturais locais, mas que também influenciava muito a cultura e os costumes das colônias os obrigando a seguir suas tradições, um exemplo bem conhecido é a catequização forçada dos povos originários do Brasil. A Europa adquiriu muito poder e riqueza, estava atrelada à exploração dessas colônias que se tornaram inclusive um tipo de padronização do trabalho. Com a independência desses países o período do colonialismo termina e se concebe uma nova fase que é conhecida como Modernidade (CÉSAIRE, 2010).

A colonialidade pode ser entendida como um processo que tem um atrelamento ao colonialismo, mas que se transforma em algo mais abrangente e que persiste, para além da independência e descolonização desses povos, como uma forma de dominação que age em conjunto ao sistema mundo capitalista, dando continuidade às explorações, a desumanização e a subalternização, que não está só atrelada a parte histórica, mas também no intuito da

² Canção “A carne” interpretada pela grandiosa Elza Soares. SEU JORGE; YUKA, M. e CAPPELLETTI, U. A carne. Elza Soares. Do Cócix até o pescoço. Online (*Youtube*). Faixa 6. 2002. Disponível em: <https://youtu.be/nMLTD7ODIEc>. Acesso em: 12 de dezembro de 2021.

³ IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41.. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

Europa afirmar o seu eurocentrismo baseado em sua concepção de serem superiores e centrais (BALLESTRIN, 2013). A padronização e o controle do trabalho dentro desse sistema capitalista de exploração possibilitou que os Europeus se tornassem o centro desse acúmulo de riqueza, com a sua hegemonia estendeu seu poder para outras áreas, como a política e cultural, se espalhando para os cantos mais afastados do globo, mas a concentração de subalternização era mais agressiva com os grupos étnicos raciais considerados inferiores o que resultou em um apagamento e silenciamento de suas histórias e culturas devido ao eurocentrismo (QUIJANO, 2005). A colonialidade do saber implica em uma hegemonia de conhecimentos daqueles que ocupam o poder, ao qual são denominados os saberes e culturas que devem ser seguidas de acordo com a epistemologia eurocêntrica que busca exterminar todas as ideias que surgem na margem ou roubam e distorcem para servir aos seus interesses, obtendo uma forma de controle que consegue ultrapassar as barreiras impostas com o fim do colonialismo e permanece como uma recorrente forma de subjetivação dos conhecimentos produzidos por pessoas da margem (negros, indígenas, amarelos, etc). Algumas bibliografias propõem linhas de pensamento que ajudam a combater esse tipo de dominação, como, por exemplo,

A ecologia de saberes é basicamente uma contra-epistemologia. O impulso básico para o seu avanço resulta de dois fatores. O primeiro consiste nas novas emergências políticas de povos do outro lado da linha como parceiros da resistência ao capitalismo global: globalização contra-hegemônica. Em termos geopolíticos, trata-se de sociedades periféricas do sistema-mundo moderno onde a crença na ciência moderna é mais tênue, onde é mais visível a vinculação da ciência moderna aos desígnios da dominação colonial e imperial, onde conhecimentos não-científicos e não-ocidentais prevalecem nas práticas cotidianas das populações. O segundo fator é uma proliferação sem precedentes de alternativas, as quais, porém, não podem ser agrupadas sob a alçada de uma única alternativa global, visto que a globalização contra-hegemônica se destaca pela ausência de uma alternativa no singular. A ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo. (SANTOS, 2007, p.86)

Uma forma de conectar os saberes para além da lógica eurocêntrica de poder, mas não para apenas fundar uma outra totalidade, mas sim para construir uma linha pós-abissal que permita uma diversidade de conhecimentos e epistemologias entre si sem um controle absoluto (SANTOS, 2007). A colonialidade do ser se baseia em uma inferiorização e até desumanização, buscando exterminar tudo aquilo que ele representava seja pelo poder eurocêntrico ligado a escravidão, seja por assassinar suas culturas e tradições ou por degradar sua humanidade ao qual ele sente diretamente todos os efeitos da colonização diretamente (MIGNOLO, 2010).

4. O “OUTRO” E O “SUJEITO”: A CONSTRUÇÃO DA NEGRITUDE E BRANQUITUDE NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.

A disputa por narrativa é uma forma de se expressar poder, aqueles que conseguem contar a história são os que o exercem, com isso não necessariamente o que é retratado engloba as reais nuances ou faz jus às pessoas que de fato foram figuras importantes, já que na maioria das vezes temos um silenciamento de vozes marginalizadas que não recebem destaque de seus feitos, por interesses políticos, econômicos e sociais daqueles que detêm o poder. Não é um debate sobre opiniões e achismos, não abre espaço para teorias conspiratórias ou negacionismo puro, estamos falando aqui de um racismo que nega ou mata o conhecimento produzido por esses grupos marginalizados (mulheres, negros, indígenas...) para exaltar como único e principalmente como o “correto” aquele que vem de origem europeia (estadunidense também), e todas as outras intelectualidades fora dessa bolha não são válidas ou quando se tornam, são apenas para serem apropriadas e consequentemente distorcidas para se tornarem o mais brancas possíveis, matando toda a sua negritude e ancestralidade. Com isso, os processos de ensino e produção de conhecimento no Brasil sofrem os reflexos de uma estrutura colonialista, eurocêntrica e burguesa que dominou o pensamento durante um extenso período, o que resultou em uma universalização do paradigma eurocêntrico como hegemônico (GROSFOGUEL, 2008).

O que prejudicou a consolidação de outras formas de pensamento que se distanciaram dessa lógica, de forma que se tornassem o que Boaventura usou como “do outro lado da linha”⁴, ou seja, toda a produção de conhecimento que fosse popular ou que não passasse pela distinção científica baseada nesse eurocentrismo, como os conhecimentos passados de geração para geração dos indígenas de forma falada, os discursos e experiências da população preta e quilombola, assim como muitos outros não são considerados relevantes e acabam invisibilizados e silenciados, ou reduzidos a crenças, intuição, magia, etc. E que “na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica” (SANTOS, 2007. p.73). Isto significa que o seu conhecimento é dito como inválido, mas é usado para consolidar os estudos dessa hegemonia, Sousa Santos coloca um termo desenvolvido por Fanon, conhecido como “negação da humanidade” (FANON, 1963, 1967) ao qual ele explica esse fenômeno por meio de

⁴ SANTOS, S. Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, 2007.

Formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna. Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social. A humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal. (SANTOS, 2007. p.10).

A colonialidade é um modelo/estrutura de poder que interliga diversos tipos de controle para além do conhecimento, como o econômico, o de autoridade, gênero, sexualidade, subjetividade e etc (MIGNOLO, 2010). Portanto, quando falamos sobre esse silenciamento do conhecimento e de toda a carga cultural, emocional e ancestral, é também falar da humanidade que foi negada, ou melhor dizendo, foi arrancada. Transformando a história em uma reprodução racista e colonialista em que o “correto” e o “modelo” de erudição seja o sujeito branco, que eles sejam o centro de todo o conhecimento e os únicos capazes de construir estudos científicos importantes, sendo responsáveis também por contar a história e os negros são lidos como objetos que servem apenas como um estudo e sem possuir reconhecimento de sua capacidade de produção intelectual. Portanto, era uma divisão dupla entre o centro (branco) que era considerado o “normal” e a margem (negros...) que eram os “desviantes”, essa barreira se torna física e refletida em vários setores da sociedade, como, por exemplo, o meio acadêmico (HOOKS, 2019).

...o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “Outras/os” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. (KILOMBA, 2020. p.35)

Sendo assim, o meio universitário ganhou uma maior diversidade racial com as cotas raciais⁵. Mas ainda assim enfrenta problemas estruturais de manter essa diversidade, seja por falta de políticas de permanência, mas também por ser um ambiente que é cercado apenas de referências brancas e eurocêntricas e desqualifica os conhecimentos produzidos por pessoas negras, tratando apenas como algo subjetivo. Se tornando um lugar que é de conhecimento, mas também de reprodução de diversas violências, do impacto do racismo institucional e aquele sentimento de não pertencimento e até mesmo de que “não é o seu lugar” que as

⁵ De acordo com uma pesquisa realizada pelo IPEA, mostra resultados positivos em relação a funcionalidade das cotas, mas também pontua algumas problemáticas que precisam ser levadas em consideração, como a dificuldade em se manter na universidade, a necessidade de estudar e trabalhar, entre outros, para que se tenha a permanência desses alunos até o fim da graduação, já que os números de pessoas negras que entram no ensino superior e que se formam são diferentes.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente. Brasília : Ipea, 2020.

peças negras sofrem. (KILOMBA, 2019). A universidade não é um lugar neutro e nunca foi, ainda mais falando do curso de Relações Internacionais e de toda a sua construção, quando a sociedade que constitui esses espaços decide por manter essa estrutura de dominação e esse currículo eurocêntrico baseado no colonialismo e racismo elas deixam claro que sabem exatamente o seu posicionamento. É inevitável dentro desses parâmetros apresentados fugir da questão racial já que ela se insere em todas as camadas das relações dentro da sociedade, com isso, falar de raça é falar de negritude, mas também é falar de branquitude, por muitos anos o debate racial era focado nos negros (e outros não brancos) e os brancos não eram reconhecidos como um grupo racializado, justamente por sempre serem lidos como o “normal” ou “universal” então somente categorizavam aqueles que eram divergentes, o que contribuiu para a alienação acerca do lugar do branco nas relações raciais como opressor e como parte principal do problema, de forma que o foco se tornasse o negro e que as discussões raciais pertenciam restritas a esse grupo, ao qual serviam como objeto de estudo “ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós”.(KILOMBA, 2019, p.35).

Para compreender a branquitude é preciso lembrar da colonização, da escravidão, exploração, desumanização e todo o processo de subalternização dos grupos não brancos por meio de falácias como o racismo científico, por exemplo, que fundamentou diversas dessas violências contra esses grupos marginalizados de forma tão profunda que ainda mantém uma relação de opressão e de privilégios (SCHWARCZ, 2013; FERNANDES, 2015). Com isso temos o surgimento da branquitude sob o alicerce de uma falsa superioridade racial que se coloca em uma posição ao qual os brancos são privilegiados coletivamente em todos os aspectos (sociais, econômicos, políticos, raciais), fazendo com que esse grupo permaneça como o hegemônico (VAINER, 2016) como parte de uma herança advinda da escravidão que possibilitou o favorecimento dessa parcela branca da sociedade e que continua se esquivando e buscando manter os privilégios que essa posição carrega, já que não é vantajoso assumir o “papel que ocuparam e ocupam na situação de desigualdades raciais no Brasil. Este silêncio os protege e os desonera de qualquer responsabilidade como também protege os interesses de seu grupo racial” (BENTO, 2002. p. 38).

Os europeus com o processo de colonização foram responsáveis por denominarem uma hierarquia racial, fazendo com que os negros (e outros não brancos) fossem considerados inferiores, de modo que o sistema capitalista e o cristianismo também serviam como meios de opressão e exploração tanto de seus corpos quanto de suas mentes, ao ponto de terem sua

humanidade arrancada e passando por um processo de coisificação do outro⁶. Mataram, estupraram, roubaram, silenciaram ou distorceram sua cultura e ancestralidade, entre várias outras violações que foram feitas na “justificativa” que havia uma diferença racial que permitia tal barbárie. A raça se tornou uma forma de divisão social, atrelada ao racismo e a exploração, e a negritude como forma de movimento veio para reivindicar a humanidade dos negros, para resgatar a sua cultura e identidade, para lutar contra o racismo construindo modelos políticos, culturais e econômicos assim como apresentar as problemáticas do colonialismo e eurocentrismo e o impacto direto em suas histórias. Conduzindo uma coletividade daqueles que tiveram suas humanidades arrancadas durante muito tempo para transformar em formas de romper com todas as falácias que foram construídas pelos brancos sobre seus corpos, mente e costumes na finalidade de construir e resgatar sua ancestralidade, de possibilitar criações de novas epistemologias que representem de fato sua história, construir uma visão de beleza e intelectualidade que os foi negado por tanto tempo, assim como uma forma de união e resgate da coletividade e do pertencimento daqueles que dividem a mesma realidade, não se trata de uma forma de segregação ou uma tentativa de “devolver” o que foi feito (até porque nem seria possível), mas sim a construção de uma consciência racial e de um orgulho negro (RAMOS, 1952). Uma forma de consciência e de humanização que reivindica a luta coletiva e individual dos negros que busca formar uma filosofia própria, sem influência do eurocentrismo e que se espalhou globalmente de maneiras diferentes, mas ainda assim exaltando e politizando a importância da vida negra, no Brasil, por exemplo, a negritude ganha destaque nos anos 1970 com a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (CÉSAIRE; MOORE, 2010). É um conceito que gerou algumas discordâncias por reforçar a diferença racial, mas é perceptível em várias instâncias que essa desigualdade continua ocorrendo, visto essa pesquisa, por exemplo. A negritude é uma forma de orgulho e de humanização, mas que não nos reduz apenas a uma coisa só

Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta. (CARNEIRO, 2003, p. 52)

Uma abertura para novas possibilidades que sejam de luta e resistência contra o racismo, mas também de entender que a negritude não se resume somente a dor, uma busca por enegrecer os espaços, como as universidades públicas, por exemplo, para que possa ser possível ter

⁶ Esse termo é entendido como uma forma de desumanização dos corpos negros durante a escravidão, ao qual eram transformados em uma “coisa” que podia ser vendida, explorada, torturada e violentada.

identidades negras sendo representadas mostrando que é possível construir intelectualidade e conhecimento ao contrário do que foi reforçado pela branquitude, mas que nem sempre vai ser algo academicamente científico já que existem muitos conhecimentos ancestrais mais “informais”, mas que merecem destaque por sua importância.

5. OS IMPACTOS DE UMA HISTÓRIA ÚNICA: O EPISTEMICÍDIO NEGRO E O PACTO NARCÍSICO DA BRANQUITUDE.

O Brasil passou por um período de branqueamento e miscigenação da população negra, por conta do racismo se espalhou a ideia de que era necessário clarear o país ao qual foi imensamente incentivada pela classe burguesa dominante e a igreja católica que buscava por meio de políticas de imigração e “na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio” (NASCIMENTO, 2016, p.63). Portanto, “esta ideia da eliminação da raça negra não constituía apenas uma teoria abstrata, mas, calculada estratégia de destruição” (NASCIMENTO, 2016, p.67) a necessidade de apagar o passado fez com que tudo aquilo que remetia ao período de colonização e escravidão fosse destruído, todas as contribuições e culturas da população não branca foram demonizadas e dizimadas, e o Brasil tentava cada vez mais se parecer um espelho da Europa. A ideia do branqueamento não era somente biologicamente, mas também de toda a construção histórica e epistemológica, em um projeto de aniquilação que reverbera até hoje na sociedade brasileira, como pode ser visto nas universidades, por exemplo. Com a ideia de branqueamento e de miscigenação acarretou o mito da democracia racial, ao qual muitos defendiam que por conta desse processo o Brasil se tornaria um país de igualdade entre as raças, e esse pensamento foi tão difundido como verdade que se tornou até objeto para livros, um exemplo famoso é o autor Gilberto Freyre⁷. Essa imagem de democracia racial ainda é muito usada para defender essa estrutura racista, já que se fingir que não existe um problema não há necessidade de resolvê-lo, mais uma das formas da branquitude de tentar amenizar toda a desumanização e exploração em forma de silenciamento.

⁷ Freyre, Gilberto. Casa-grande & senzala. Brasil, Global Editora, 2019.

Todo esse sistema de controle, silenciamento e morte recebe uma terminologia, conhecida como epistemicídio, foi cunhada por Boaventura de Sousa Santos (1999)⁸ ao qual ele apresenta, ser uma forma de exterminar todo o conhecimento e saberes produzido pelos grupos marginalizados que não eram assimilados pelo ‘saber’ ocidental, que fugiam do formato colonial e capitalista e com isso somente os conhecimentos e produções eurocêntricas eram considerados intelectuais, reforçando a estrutura colonialista e racista que nega todas as contribuições negras, inferiorizando suas histórias e os desumanizando, podendo atingir os níveis econômicos, políticos, sociais e culturais da sociedade, ao qual essa classe europeia (e estadunidense) age como dominante (SANTOS, 1999).

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender” (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Portanto, quando se fala do epistemicídio, se abre portas para debates mais complexos, que abrangem toda a problemática de subalternizar conhecimentos por meio de um maniqueísmo entre o que é legítimo (branco) e o que é inferior (negro), reafirmando a falácia da hierarquização das raças por meio do desprezo de toda a produção epistêmica negra, sendo uma das formas mais duradoura e eficaz de dominação, com os mecanismos mais baixos de desqualificação de seu intelecto, tirando o direito de conhecer o seu povo e a si mesmo, reproduzindo preconceitos que se refletem nas universidades, por exemplo (CARNEIRO, 2005).

Com todas as problemáticas que permeiam o fato de apenas um grupo seletivo e sem diversidade é reconhecido como epistêmico por tanto tempo, é inevitável que muitos desses conteúdos que são levados adiante como verdade absoluta acabam reproduzindo uma visão totalmente distorcida, podemos observar esse fenômeno no livro que leva o título de “O perigo da história única” de Chimamanda Ngozi Adichie⁹, ao qual ela descreve alguns pontos ao longo de sua vida que a fizeram questionar sobre a construção das histórias e do conhecimento, sobre quem eram os construtores e como isso era reproduzido dentro da sociedade, em certo ponto ela relata que recebeu muitos comentários distorcidos sobre o

⁸ SANTOS, B. D. S. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 7ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

⁹ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras, 2019.

continente africano, ao qual por um senso comum e uma dominação colonialista fez com que se espalhasse a ideia rasa de que existe apenas pobreza, desigualdade, morte, assassinato e etc, mesmo sendo um continente tão grande e diverso. Ela conta sobre a sua perspectiva como nigeriana, que obviamente se tem problemas na região, mas que eles acabam ganhando um destaque muito maior do que as qualidades ou conquistas, o que deixa claro o quão a manipulação da história pode afetar negativamente a vida de gerações e gerações de um povo, ao ponto de eles mesmo terem dificuldade em se reconhecerem ou em sentir um pertencimento em sua própria terra, sendo fruto do epistemicídio e de suas facetas que apenas desumaniza e mata, porque “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”.(ADICHIE, 2019. p.12).

Quando falamos do epistemicídio e dos problemas advindos do colonialismo e eurocentrismo, não é algo que foi superado ou solucionado, é um problema que está na estrutura da sociedade como uma peça fundadora de como as relações funcionam atualmente, nas universidades públicas brasileiras é possível perceber o impacto eurocêntrico seja na falta de uma presença negra na bibliografia ou nas temáticas, ao qual não se vê iniciativas de mudança desse padrão que pode ser explicado por “um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o”. (KILOMBA, 2019, p. 41). Uma recusa em entender que os negros são intelectuais e responsáveis por muitas produções que inclusive foram apropriadas pelos brancos, mas acima de tudo uma rejeição de compreender os saberes. Vamos propor aqui algumas tentativas de compreender como se sucede o racismo institucional no âmbito do curso de Relações Internacionais nessas instituições, partindo da ideia de que o racismo institucional.

A principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA. 2019)

Com isso, o problema do epistemicídio está também presente nas instituições acadêmicas ao qual a branquitude ocupa um grande espaço, e se espalha tanto como referência de pesquisas e ensino como também no papel de levar esse conhecimento aos demais, pode-se colocar aqui a influência de um currículo muito permeado por um pensamento colonialista que se permite mesmo após anos de independência se submeter em exaltar pensamentos que não se encaixam mais a realidade que se observa nas

particularidades do cenário brasileiro, obviamente são obras importantes e devem ser consideradas, mas para além de ser central ou como a melhor opção de estudo, até porque temos opções focadas em um ensino decolonial com excelência que podem ser usados. Ainda seguindo por essa linha de pensamento, nos perguntamos, de que maneira essa estrutura se mantém tão firme? Para além do racismo institucional, quais são os atores que a mantêm? Em sua tese de doutorado, Cida Bento¹⁰ nos ajuda a compreender melhor esse protecionismo branco e a dificuldade que até hoje se tem de incluir negros (e outros não brancos) como referências intelectuais e acadêmicas, por exemplo, em resposta ela apresenta o conceito de pacto narcísico da branquitude como um “Um pacto silencioso de apoio e fortalecimento aos iguais. Um pacto que visa preservar, conservar a manutenção de privilégios e de interesses” (BENTO, 2002, p.106), sendo assim é uma aliança como uma forma de proteção do poder e dos seus privilégios, ao qual eles acabam concentrando o poder entre si por sempre buscar favorecer uns aos outros, brancos sempre buscam ajudar outros brancos porque assim mantém o controle entre eles, e simplesmente ignoram a questão racial e todo o local de exploração dentro desse debate ao qual eles pertencem, mas preferem se calar ou quando falam é pra simplesmente agir como se o problema fosse negro. Uma das marcas deixadas pela escravidão e apropriação são os recursos e privilégios ao qual a branquitude se nega em admitir ou até mesmo compartilhar de suas posições, utilizando a tática de ignorar o problema racial, pois, assim “permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo”. (BENTO, 2002, p.3)

Quando colocamos a palavra silenciamento, ela possui um significado mais profundo do que seu significado nos dicionários já que durante todo o período colonial escravocrata os negros tinham suas vozes roubadas, seja no sentido figurado ou literal, um dos casos mais conhecidos e que deixa explícito exatamente o objetivo de desumanizar e destruir quaisquer possibilidades de voz dos negros, Anastácia¹¹ foi obrigada pelos europeus a usar uma espécie de máscara do silenciamento e um grilhão preso ao seu pescoço, que tampava não a permitia falar e até mesmo comer, também foi usada em outros escravos em modelos diferentes, mas

¹⁰ BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. São Paulo, 2002. 169 p. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

¹¹ De acordo com Grada Kilomba (2020, p.31 apud HANDLER e HAYES, 2009). Seu nome africano é desconhecido. Anastácia foi o nome dado a ela durante a escravização. Segundo todos os relatos, ela foi forçada a usar um colar de ferro muito pesado, além da máscara facial que a impedia de falar. As razões dadas para esse castigo variam: alguns relatam seu ativismo político no auxílio em fugas de “outras/os” escravizadas/os; outros dizem que ela havia resistido às investidas sexuais do “senhor” branco. Outra versão ainda transfere a culpa para o ciúme de uma sinhá que temia a beleza de Anastácia. Dizem também que ela possuía poderes de cura imensos e que chegou a realizar milagres. Anastácia era vista como santa entre escravizadas/os africanas/os. Após um longo período de sofrimento, ela morre de tétano causado pelo colar de ferro ao redor de seu pescoço

com o mesmo princípio, era usada para calar o “outro” (negro) para que a branquitude pudesse continuar os deixando a margem para evitar ter que lidar com fato de que seus privilégios vinham de exploração, violência, morte, estupro, roubo e desumanização dos negros e indígenas. (KILOMBA, 2020)

No campo acadêmico, é perceptível que existe uma continuidade desse projeto da branquitude, já que durante muitos anos foram cercados por uma esmagadora parte branca, e ainda é apesar das mudanças, muitos que ocupam essa posição não querem se disponibilizar em dividir esses espaços ou construir possibilidades para que se tenha diversidade, inclusive se constrói uma “projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade. O negro é inventado como um “outro” inferior, em contraposição ao branco que se tem e é tido como superior; e esse “outro” é visto como ameaçador” (BENTO, 2002, p.7) e com isso mantém um sistema vicioso de apenas brancos ajudando a si mesmos a chegar em espaços de poder e ascensão. Como consequência a essas colocações citadas, percebe-se um apagamento e uma tentativa de morte as epistemologias e histórias negras, já que não se quebra esse pacto, portanto, apenas reproduz conceitos, bibliografias e temáticas brancas e eurocêntricas que reforça o quão colonialista esses espaços acadêmicos ainda são.

Tampouco à universalidade da universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo ocidental europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros (NASCIMENTO, 2016, p 88)

Quando Abdias Nascimento (2016) escreve seu livro “O genocídio negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”¹² ele apresenta um capítulo somente para explicar os impactos do braqueamento como uma forma de genocídio da população preta, ele pontua o projeto em si de imigração e estupro para uma miscigenação brasileira, mas também comenta sobre a parte intelectual e educacional contribui para essa manutenção da discriminação racial, por ser dominada pela branquitude que sempre apresenta a mesma bolha eurocêntrica e estadunidense, sendo poucas às vezes que se vê outras abordagens e ele também afirma que muitas vezes os alunos negros são responsáveis por exigir diversidade.

¹² NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado. Brasil, Editora Perspectiva S/A, 2016. p. 86 - 94.

6. QUEM PODE FALAR? UMA ANÁLISE DAS BIBLIOGRAFIAS DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A universidade é um espaço político, não existe a possibilidade de ser concebida como neutra, já que historicamente a academia e o conhecimento tanto da sua produção quanto do seu acesso, é algo permeado por questões de uma hierarquização racial que foi imposta pelos brancos europeus com o intuito de subalternizar os negros, os tratando como inaptos a erudição ou de serem reconhecidos como intelectuais (KILOMBA, 2020), nos fazendo questionar o porque a narrativa feita pelos colonizadores é usada e recomendada com recorrência como referência única de conhecimento e que as contribuições feitas por pessoas negras (e outras não brancas) dentro do campo de estudo das Relações Internacionais caem em esquecimento.

Com o foco em demonstrar que o colonialismo, racismo e eurocentrismo estão fortemente presentes nas universidades brasileiras, fizemos uma análise dos cursos de Relações Internacionais com um foco em entender como se apresentam as identidades negras, seja em suas referências bibliográficas ou temáticas abordadas. Escolhemos três universidades para compor a análise, sendo elas: a Universidade Federal de Brasília (UNB), a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a escolha das universidades se baseia em diferentes pontos que no final acabam se completando, a UNIFESP foi escolhida por ser a universidade ao qual nós fazemos parte,, a UNB foi escolhida por ser a primeira a integrar o curso de Relações Internacionais e a UFS foi selecionada por sua localidade, o que acrescentou uma amplitude nas análises. O foco da coleta dos dados da pesquisa foi feita com base nas seguintes disciplinas: introdução ao estudo das Relações Internacionais, Teoria das Relações Internacionais 1, Teoria das Relações Internacionais 2, História das Relações Internacionais 1 e História das Relações Internacionais 2 (também chamada de História das Relações Internacionais Contemporâneas). Optamos pela escolha dessas disciplinas por apresentarem uma base teórica do que é a área e de como ela se consolida, de forma que é inerente e indispensável para a graduação, com isso também é possível observar quais são as escolhas feitas pelos docentes ao construir todo o aparato bibliográfico e temático que vai moldar o pensamento e a construção do

conhecimento desse campo. Foram ponderados 14 planos de ensino diferentes, com 138 autores e 148 indicações de leitura¹³.

Vamos ponderar os objetivos de cada disciplina para que seja possível entender a importância de cada uma, devido à similaridade entre ambas vamos aplicar a mesma definição para ambas, sendo assim em Introdução ao estudo das Relações Internacionais (IRI) também chamada de Introdução a política Internacional (IPI), tem como foco apresentar a área mostrando os objetos de estudo, a disciplina e toda a sua extensão e o mercado de trabalho e suas possibilidades. Depois segue uma linha mais teórica ao apresentar o funcionamento do sistema de estados e a sociedade internacional, assim como os conceitos de soberania, anarquia, atores internacionais, segurança, política internacional, entre outros. Por fim, faz um panorama das teorias e debates presentes ao longo dos anos no campo. A disciplina de Teoria das Relações Internacionais I (TRI I) aponta uma continuidade dos debates apresentados em IRI, de modo a construir uma profundidade e delinear uma linha de investigação do campo, apresentando algumas teorias, como: Neorealismo e Neo-institucionalismo, a Escola Inglesa, Behaviorista, etc. Que nos ajuda a compreender como essas teorias moldaram o campo das Relações Internacionais. Por último, a disciplina de Teoria das Relações Internacionais II (TRI II), é focada em dar continuidade à apresentação dos debates, com o construtivismo, as teorias feministas, sobre meio ambiente, decoloniais, etc. No intuito de destacar as importantes contribuições e do Sul global, descentralizando as Relações Internacionais. A disciplina de História de Relações Internacionais I busca abordar questões históricas, políticas, econômicas e sociais que vão construindo os eventos internacionais, com o marco temporal focado no período moderno e que vai delineando os estudos de Relações Internacionais. A disciplina de História das Relações Internacionais II tem como o foco os eventos internacionais que ocorrem no período da contemporaneidade e os seus desdobramentos, formando uma construção histórica das relações internacionais.

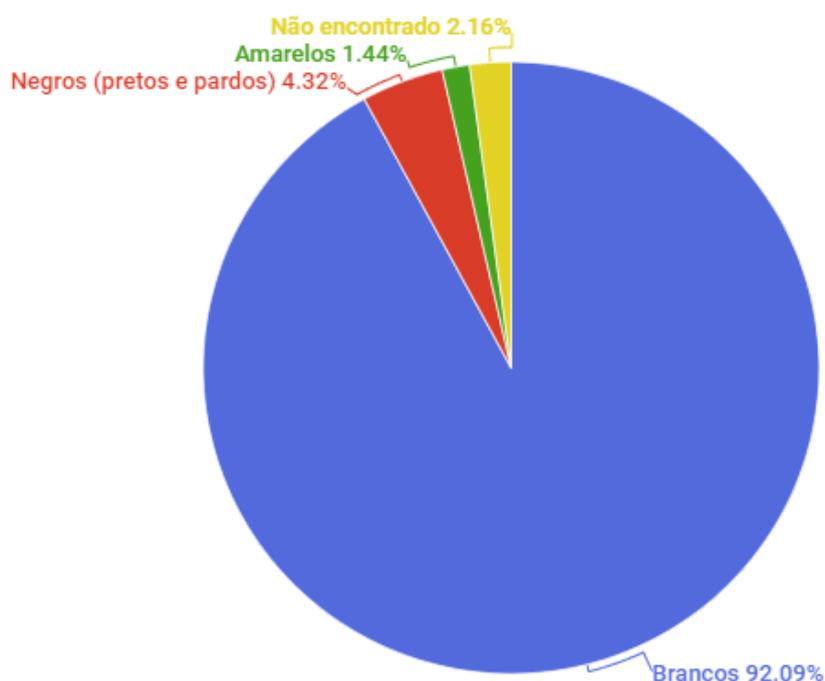
No gráfico consta em números a análise dos dados obtidos por meio dos planos de ensino disponibilizados no site das universidades, com os autores indicados para o referencial bibliográfico, fizemos uma distinção étnico racial dividida em negros (pretos e pardos), amarelos, indígenas e brancos de acordo com as pesquisas do Instituto Brasileiro de

¹³ Esses dados referentes aos planos de ensino foram retirados dos sites das respectivas universidades mencionadas. Os dados do gráfico e da tabela se diferem, já que a tabela busca fazer uma análise individual, portanto acaba tendo uma quantidade maior, devido ao uso do mesmo autor em universidades distintas. Enquanto gráfico é um apanhado geral que não repete os autores.

Geografia e Estatística (IBGE), utilizamos a heteroidentificação de imagens dos autores disponíveis na internet como meio de classificação. Como resultado se apresenta 128 brancos (92,09%), 2 amarelo (1,44%), negros — pretos (5) e pardos (1) — (4,32%), indígenas (0) e 3 autores que não foi possível fazer a identificação (2,16%).

A tabela apresenta uma discrepância das raças/etnias dos autores, que são em sua maioria brancos, o que demonstra uma falta de identidades negras que integrem o pensamento epistemológico ao qual a graduação vai construir. Quando falamos sobre a raça não é algo biológico ou sobre fenótipos, é sobre uma estrutura social que foi construída para hierarquizar e explorar aqueles que não fossem brancos, para obter privilégios e poder. Portanto, quando nos deparamos com essa disparidade apresentada, é inevitável que questionamentos sejam feitos acerca da escolha de manter um grupo branco como referências históricas, não é por falta de produções não brancas já que temos uma vasta literatura que pode servir para compor a bibliografia, é muito mais que “forçar uma representatividade” é entender que os negros são parte da história e que construíram legados de conhecimento e epistemologias essenciais para compreender a construção histórica e consequentemente os estudos de Relações Internacionais. Nos capítulos anteriores nos debruçamos sobre as possíveis respostas para o silenciamento e os resultados ajudam a reforçar que essa temática se apresenta como intrínseca ao curso e que necessita de discussões e mudanças em sua formulação.

Autores separados por raça/etnia.



Fonte:elaboração própria

Relação da raça/etnia dos autores por Universidade

| | Branços | Negros (pretos e pardos) | Amarelos | Indígenas | Não encontrado |
|----------------|----------------|-------------------------------------|-----------------|------------------|-----------------------|
| UNIFESP | 53 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| UNB | 65 | 3 | 1 | 0 | 1 |
| UFS | 54 | 3 | 0 | 0 | 2 |

Fonte: elaboração própria.

A construção do “outro” é uma forma de excluir sua humanidade, de tratar seus conhecimentos e todos os seus saberes como algo meramente insignificante construindo assim uma posição do que é ou não é válido e relevante para a sociedade, marginalizando essas epistemologias na intenção de criar um centro que refletisse nos interesses políticos, econômicos e sociais, e o desejo instaurado de branqueamento e eugenia. Esse é um plano antigo de silenciamento que segue vigente e com muitos apoiadores que se recusam em fugir dessa bolha branca e eurocêntrica, portanto, não fazem questão de modificar a estrutura racista e elitista ao qual as universidades brasileiras carregam. Fazendo uma análise nos projetos pedagógicos, destacamos uma informação, ambas as universidades se comprometem a seguir as diretrizes curriculares nacionais¹⁴ e nesse documento possui uma seção indicando que as instituições devem seguir e aplicar a lei nº 11.645, que exige o ensino de uma educação étnico-racial e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, algo que

¹⁴ “§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004” CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, homologação publicada no DOU 19/05/2004, Seção 1, p. 19. Resolução CNE/CP 1/2004, publicada no DOU 22/06/2004, Seção 1, p. 11.

também está presente no projeto pedagógico das universidades e que reforça esse comprometimento de incluir esses ensinamentos, mas na realidade a grade curricular obrigatória de ambas instituições não apresentam nenhuma matéria referente a história da África, das relações internacionais da África ou de temas étnico-raciais, somente em disciplinas eletivas e/ou optativas, ao qual a UNIFESP possui apenas uma que leva o nome de “Aspectos essenciais da História da África”, a UFS dispõe de duas opções “Relações internacionais da África e da Ásia” e “Processos de integração na África e Ásia” e a UNB conta com apenas uma opção “Relações internacionais da África”. Dentre as várias motivações para a implementação dessa lei, algumas delas se apresentam na necessidade de aproximação dos saberes africanos que foram negados durante muitos anos e a valorização da identidade africana e o reconhecimento da importância dos afro-brasileiros na construção da história do país, além do ensino das questões étnico-raciais que contribuem para a formação de alunos conscientes da realidade brasileira e sua diversidade, da construção de uma negritude que reflita nas bibliografias e em conhecimentos sobre movimentos sociais e das lutas de resistência negra presentes na formação do estudo de Relações Internacionais. Apesar do trabalho focar na questão da população negra, é inevitável não pontuar que o ensino sobre a história e cultura indígena é completamente apagado e inexistente nessas três universidades, tanto em disciplinas obrigatórias, eletivas e/ou optativas, referências bibliográficas e temáticas. A intenção de exigir esses conhecimentos nos âmbitos acadêmicos não é uma tentativa de transformá-la em algo central ou único, mas sim de valorizar saberes que foram silenciados e marginalizados e colocá-los em pauta de forma igualitária aos ensinamentos focados na Europa, por exemplo.

Também analisamos os dados sobre as temáticas escolhidas para disciplinas, ao qual vai nortear e construir o que será abordado, além de definir quais são as narrativas escolhidas para serem abordadas em cada aula. Decidimos procurar por palavras-chaves dentro das temáticas propostas para cada aula no plano de ensino que se relacionassem a temática da identidade negra e a colonialidade nas Relações Internacionais, sendo elas: “raça”, “étnico-raciais”, “racismo”, “negritude”, “movimento negro”, “colonização” “colonial” e “decolonial”. Começando pela UNIFESP as únicas disciplinas que abordam as palavras-chave, são: História das Relações Internacionais I no tópico “Expansão Ultramarina e colonização” e História das Relações Internacionais II no tópico “Imperialismo e lutas anticoloniais”, as demais disciplinas não apresentam nenhuma temática que se alinhe com as questões que estamos analisando. A UFS possui apenas uma disciplina com a temática que se

assemelha a nossa busca: Teoria das Relações Internacionais II com o tópico “Modernidade e colonialidade nas RI e fora delas: as críticas pós-modernas e pós/de-coloniais”. Por último a UNB que também possui apenas em uma disciplina a temática relacionada a nossa pesquisa: História das Relações Internacionais Contemporâneas (também conhecida como História das Relações Internacionais II) com o tópico “Descolonização e Terceiro Mundo: conflitos pós-coloniais e problemas de desenvolvimento”. São temáticas importantes para a construção de um pensamento decolonial do estudo Relações Internacionais e para compreender a presença negra dentro deles, mas que não são tão abordados quanto deveriam, visto que as pessoas negras (e outras não brancas) têm uma porcentagem muito baixa em comparação aos mais de 90% dos brancos, além de não terem nenhuma disciplina obrigatória sobre a África, sobre os indígenas e os afro-brasileiros, e as temáticas trabalhadas em sala de aula são pequenas e em apenas alguns momentos específicos do curso são abordadas. Quando abordamos a necessidade de uma presença da negritude e da identidade negra nas universidades estamos falando de um destaque para as contribuições e o todo o trabalho feito pelos negros tanto para a construção desse país quanto para as questões tratadas nos estudos das Relações Internacionais, a urgência de recuperar a memória dos pensadores, escritores e figuras importantes que foram silenciadas e apagadas pela branquitude e coloca-las como referências bibliográficas e temáticas dentro das aulas como formas de desenvolver uma consciência racial, ensinar sobre a história do movimento negro brasileiro e de todos os outros movimentos de resistência e libertação negra, abordar questões sobre os estudos de Relações Internacionais da África e de sua história, discussões sobre raça e racismo que abordem não só a posição do negro, mas também do branco na sociedade; dentre várias outras opções possíveis que trariam um debate e uma diversidade maior para dentro do curso e contribuiria para um ensino amplo e consciente. É necessário contar as histórias sobre desumanização e silenciamento, mas também é importante lembrar das lutas e epistemologias que os negros conseguiram produzir e que são extremamente importantes de serem lembradas, justamente porque

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro do índio na nossa formação histórica e cultural. na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? a impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né? (GONZALEZ, 1982, p. 3)

É um problema que está presente na sociedade a muitos anos, Lélia Gonzalez denúncia de forma direta e coesa os impactos sobre essa problemática lá em 1982 e em 2021 esse trabalho está sendo escrito com as mesmas críticas e apontamentos, obviamente de lugares distintos já que não podemos deixar de lado toda a evolução conquistada com muita luta, mas que ainda assim precisa percorrer um longo caminho. É uma luta contínua por abrir cada vez mais espaço para as pessoas negras e outras não brancas, os indígenas que têm um papel tão marcante na nossa história seja por serem os povos originários ou pelas suas lutas e resistências são completamente apagados, se levar em consideração os dados apresentados. É sobre ter uma diversidade, mas não só para falar sobre raça e racismo, mas também para contribuir com suas visões e conceitos nos estudos de Relações Internacionais. O espaço universitário também tem que estar aberto para discutir esses assuntos e não devem ter sua importância ou intelectualidade diminuídas, justamente por fazerem parte da sociedade a tantos anos e por estarem cada vez mais efervescentes, eles devem ser abordados com mais frequência e naturalidade.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre os silenciamentos da negritude e dos estudos raciais no curso de relações internacionais nas universidades (UNIFESP, UNB, UFS) se mostra muito relevante quando a partir desse referencial apresentado se compreende uma produção decolonial como essencial para a expansão dos conhecimentos que foram e ainda são apagados. De modo que é necessário pensar nesses espaços acadêmicos e na produção de conhecimento para além da eurocêntrica e branca, se desprendendo da percepção de que os conhecimentos vindos de pessoas negras são inferiores ou irrelevantes. O espaço universitário deve ser diverso e amplo, não somente pela variedade de pessoas, mas pelo fato de que esses conhecimentos que foram silenciados por muito tempo também contribuíram para a construção de epistemologias importantes, e o estudo das Relações Internacionais é um exemplo, usar a perspectiva racial na área é indispensável para entender a complexidade de muitos fenômenos ao longo da história, ignorar esse fato é também corroborar com um projeto de silenciamento e epistemicídio sistemático dos negros, é carregar um pacto narcísico da branquitude que não consegue se desprender de seus privilégios e que sempre mantém o poder entre os mesmo, é um padrão branco, homem, cis, hétero e europeu/estadunidense que se cria e se relaciona ao erudito e com isso são poucos que decidem quebrar essa abordagem e encarar a realidade de

uma sociedade que foi e que ainda é estruturada no racismo, quando mais de 90% dos autores usados como referências são brancos é só mais um dos pontos que reforçam esse pensamento.

Urge a necessidade de mudanças nos cursos de Relações Internacionais e a forma como são e quem são as pessoas escolhidas para contar essa história, ignorar a problemática não apaga o seu impacto muito menos o soluciona, é uma questão quebra desse paradigma e de encarar que os estudos decoloniais merecem ter destaque e relevância nesses espaços, se confunde a questão racial como algo “pessoal” ou “subjetivo” o que gera um afastamento e uma marginalização de conhecimento que são tratados dessa forma por fugir dos padrões de produção de conhecimento colonialista, mas que não deixam de ser epistemologias importantes. Além da necessidade de produzir mais conteúdos focados em analisar os dados referentes aos cursos de Relações Internacionais, seja a sua bibliografia, temática, docentes ou discentes pela perspectiva étnico racial com o foco de promover mudanças nesse padrão branco eurocêntrico para uma ampliação epistemológica que inclua as identidades negras, mas também as indígenas e as amarelas. Formando um estudo mais amplo que inclua de fato toda a história e contribuição presente dentro das Relações Internacionais.

BIBLIOGRAFIA

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Brasil, Editora Jandaíra, 2019.

AMARELO- É tudo pra ontem. Direção: Fred Ouro Preto. Produção: Evandro Fióti. Brasil. Netflix. 2020. Documentário exibido pela Netflix. Acesso em: 20 de novembro de 2021

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 11, p. 89-117, mai. /ago. 2013.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. São Paulo, 2002. 169 p. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil** In: *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude**. In: CÉSAIRE, Aimé; MOORE, Carlos. (Orgs.) *Discurso sobre a negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, homologação publicada no DOU 19/05/2004, Seção 1, p. 19. Resolução CNE/CP 1/2004, publicada no DOU 22/06/2004, Seção 1, p. 11.

FANON, Frantz. *The Wretched of the Earth*. Pref. by Jean-Paul Sartre. New York: Grove Press. 1963

Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Brasil, Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. Brasil, Global Editora, 2015.

FERNANDES, João Pedro Flor. "O Ativismo Negro nas Relações Internacionais na Segunda Metade do Século XX: Os Panteras Negras, o Movimento Negro Brasileiro e a Militância Antiparthoid." TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Relações Internacionais. Santa Catarina, 2019. p. 73

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Brasil, Global Editora, 2019.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural da amefricanidade**. Tempo Brasileiro, v. 92, n. 93, p. 68-92, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **De Palmares às escolas de samba, estamos aí**. *Mulherio*, São Paulo, ano II, n. 5, jan/fev., 1982. p. 3. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/II_5_1982menor.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2021

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, Coimbra, 2008, p. 115-147.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

HERZ, Mônica. **O Crescimento da área de relações internacionais no Brasil**. *Contexto Internacional* [online]. 2002, v. 24, n. 1 [Acessado 22 de novembro de 2021], pp. 7-40. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292002000100005>>.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e

Socioeconômica, n.41.. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente**. Brasília : Ipea, 2020. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10102/1/td_2569.pdf >. Acesso em: 20 de dezembro de 2021

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Brasil, Editora Cobogó, 2020.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Brasil, Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, K. (2004). **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF. Disponível em: < biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf >. Acesso em: 15 de novembro de 2021

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Brasil, Editora Perspectiva S/A, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. 2ª ed Brasília/ Rio de Janeiro: Fundação Palmares/ OR Editor Produtor, 2002. 362 p.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Brasil, Zahar, 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: Temas, atores e visões**. Brasil, Editora Vozes, 2017.

PIRES, Thula. Racializando o debate sobre direitos humanos. **SUR-Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, n. 28, p. 65-75, 2018

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

RAMOS, A. G. **Um herói da negritude**. *Diário de Notícias*, 6 de abril de 1952.

SANTOS, S. Boaventura. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**, 2007.

SANTOS, B. D. S. **Pela Mãos de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade**. 7º. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SARAIVA, José Flávio S; CERVO, Amado (Org). **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: Ibri, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira**. Brasil, Claro Enigma, 2013.

SILVA, Karine de Souza. **“Esse silêncio todo me atordoa”**: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas **Relações Internacionais**. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

SEU JORGE; YUKA, M. e CAPPELLETTI, U. A carne. Elza Soares. Do Cócix até o pescoço. Online (*Youtube*). Faixa 6. 2002. Disponível em: <https://youtu.be/nMLTD7ODIEc> Acesso em: 12 de dezembro de 2021

VAINER, Lia. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo**. Brasil, Veneta, 2016.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade**. São Paulo: Editora UNESP (2007).